

A hora é agora: não aceitaremos arrocho!

A greve das universidades estaduais paulistas é instrumento de defesa de condições dignas de vida e de trabalho. No Orçamento da USP há espaço para reajuste

Há algum tempo temos alertado que o “clima de catástrofe” propalado pela Reitoria da USP se transformaria em desculpa para tentar impor arrocho salarial a docentes e funcionários técnico-administrativos. Não deu outra: nas duas reuniões entre Fórum das Seis e Cruesp, os reitores não mostraram disposição alguma para a negociação salarial: dois 0% e encerramento das negociações salariais! A solução do Cruesp para “colocar as finanças em ordem” é sempre a mesma: tentar fazer os salários pagarem a conta.

Imediata reação. A indignação de docentes, funcionários e estudantes face à intransigência do Cruesp foi pronta e clara, resultando na decretação de greve nas universidades estaduais paulistas, a partir da próxima terça-feira 27/5, contra o arrocho salarial que os reitores tentam impor.

Na USP, será que vivemos um caso de “apertem os cintos... o piloto sumiu”? A Reitoria parece incapaz de dar respostas adequadas às questões centrais da vida acadêmica. Ao se candidatarem Zago e Vahan não sabiam que precisariam manter o poder aquisitivo dos salários, enfrentar os graves problemas ambientais da EACH, preservar o corpo de docentes e funcionários, tratar da permanência estudantil?

E o diálogo? Não basta ouvir, é preciso que haja interlocução e encaminhamento dos tópicos apresentados. Verifica-se na USP a mesma intransigência da “negociação salarial” no que se refere a tantas outras questões, permanecendo sem respostas as propostas de a) reuniões para tratar da agenda aprovada pela As-



Daniel Garcia

Assembleia de 21/5 no auditório Freitas Nobre, da ECA, no momento de aprovação da greve

sembleia de 19/3, b) iniciativas para abertura das contas das gestões anterior e atual, c) esclarecimentos sobre os contratos do Cepeusp com empresas privadas, d) que os recursos quanto à progressão horizontal na carreira, aprovados pela Congregação do IGc, sejam pautados no Co (vide <http://goo.gl/r9XQ8l> e <http://goo.gl/jQsVhn>).

Perdas graves. Quando não se repõe a inflação durante um período, as perdas se compõem rapidamente. Por exemplo, o ICV-Dieese no período maio/13 a abril/14 é de 7,05%. Imaginemos, de forma conservadora (estamos em fase de inflação em alta), que este número se repita de maio/14 a abril/15. Neste caso, só para recuperar o valor real dos salários de abril/13, necessitaríamos de um reajuste de 14,6% em maio/15, pois as perdas são compostas e não aditivas. Assim, lutar contra arrocho salarial é estratégico e fundamental: perdas compostas, mesmo em prazos não muito longos, tornam-se difíceis de reverter.

Planilha do Cruesp. Em relação aos salários, a resposta é

simples: contabilizam tudo, ou no jargão da área, “Pessoal e Reflexos”. Além de precatórios, pois frequentemente as universidades não cumprem as regras trabalhistas elementares e a jurisprudência estabelecida, constam os salários brutos (não os líquidos), juntamente com previsões de 13º e férias distribuídas mês a mês (entre janeiro e dezembro) e os chamados “benefícios”. Além disso, incluem as contribuições das universidades em contrapartida à dos docentes e funcionários técnico-administrativos; por exemplo, hoje contribuimos com 11% do nosso salário para a Previdência (era 6% no tempo do Ipesp) e constam da planilha do Cruesp os 22% pagos pelas universidades ao SPPrev, isto é, 3,7 vezes os 6% anteriores — um aumento muito significativo. Isto que dizer que a planilha do Cruesp não serve como indicador do salário real de professores e funcionários técnico-administrativos.

O Cruesp sabe muito bem que temos trabalhado por salários modestos, mas parece que lhe convém deixar sem resposta a falácia de que temos remuneração

extravagante, ou até mesmo contribuir para que a mídia a propale.

Intransigência. Capitaneada pela Reitoria da USP, a intransigência dos reitores em relação aos salários é inaceitável. Apenas como exemplo: no caso da USP, além do crescimento natural do ICMS ao longo do ano, constam do orçamento aprovado pelo Conselho Universitário (Co) R\$ 195,14 milhões de rendimentos financeiros e uma reserva de ajuste de R\$ 128,7 milhões, “destinada ao atendimento das decisões do Cruesp com relação à política salarial das Universidades Estaduais” (sic). Só a soma destas duas parcelas é R\$ 323,84 milhões — uma base sólida para, se houver vontade política, estabelecer negociações efetivas com o Fórum das Seis.

Ao contrário do declarado pelo reitor da USP na reunião de 21/5 entre Fórum das Seis e Cruesp, não é nossa defesa de condições dignas de vida e trabalho que destruirá as universidades estaduais, mas sim o arrocho de salários e corte de verbas aos quais querem nos submeter. É sempre

bom lembrar do que tem acontecido com a educação básica no Estado de São Paulo e em todo país.

Mobilização, organização e participação em defesa da USP, Unesp e Unicamp! Participe das atividades da greve e divulgue o movimento!

**Assembleia Geral da Adusp
Instituto de Geociências
Salão Nobre (2º andar)
28/5, quarta-feira, às 15 horas**

Reitoria engaveta parecer de “notáveis” sobre EACH

Um parecer elaborado pela chamada “comissão de notáveis” criada pelo atual reitor para acompanhar a situação da EACH, entregue a ele em abril, foi mantido em sigilo até a primeira quinzena de maio, quando a diretoria da unidade, após tomar conhecimento dele casualmente, decidiu publicá-lo (<http://goo.gl/C32335>).

A professora Neli Aparecida de Mello-Théry, vice-diretora da EACH, explicou ao *Informativo Adusp* que o professor Paulo Saldiva, presidente da comissão, esteve na diretoria da unidade em 13/5 para tratar de assuntos acadêmicos. Saldiva, que leciona na Faculdade de Medicina, é credenciado num dos programas de pós-graduação da EACH e manifestou sua vontade de também colaborar com a graduação. Então, por provocação da professora Neli, ele revelou a existência do parecer.

“Professor, antes de mais nada eu queria saber se a comissão decidiu alguma coisa, escreveu alguma coisa”, disse a vice-diretora, ao que Saldiva respondeu: “Sim, fizemos um parecer”. Como não dispunha de uma cópia na ocasião, ele se comprometeu a enviar o texto por correio eletrônico, como de fato ocorreu. Em troca de mensagens posterior, ele autorizou a professora Neli a divulgar o parecer.

Cenários. Os membros da Comissão visitaram o *campus* da EACH em 21 de fevereiro. “Após a análise e visita *in loco*”, informa o parecer, “consideraram oportuno fazer as seguintes considerações: a) Os problemas ambientais da área são decorrentes de dois processos distintos: o acúmulo de metano no subsolo e a presença de compostos químicos com potencial tóxico no solo superficial; b) ... O primeiro cenário ... tem como origem mais provável a destinação inadequada de resíduos de dragagem do leito do rio Tietê. ... O segundo cenário – acúmulo de metais pesados e compostos orgânicos variados – tem a sua origem mais provavelmente relacionada com o recebimento de terra de origem não especificada em grande volume, a qual foi empregada para retificação do solo”.

Quanto às soluções, prossegue: “c) No caso do metano, é necessária a instalação de sistemas de drenagem do gás acumulado, a

partir de poços perfurados para este fim específico. Aliás, a existência de metano no subsolo já era conhecida desde a destinação do terreno para a construção do *campus*. Na oportunidade, foram estabelecidos procedimentos de remediação que, aparentemente, não foram realizados em sua completude. No caso da remediação do solo superficial dada a deposição de terra de procedência até agora não determinada, há várias alternativas possíveis, que vão da remoção direta até técnicas de tratamento e limpeza local”.

A comissão dispõe-se a fazer uma abordagem “construtiva” do problema, para que “problemas ambientais não ponham em risco agudo a população de mais de seis mil pessoas que por lá devem transitar”, e em segundo lugar, “a situação seja enfrentada de tal maneira que, de um problema, se transforme em uma solução ambiental que possa embasar abordagens de políticas públicas aplicáveis a muitas outras áreas da metrópole paulistana”.

O parecer propõe: 1) montagem de uma equipe multidisciplinar de pesquisadores envolvidos no estudo da questão (prazo de 15 dias); 2) “elaboração de um projeto de diagnóstico da qualidade do solo da EACH e seu entorno no raio de um quilômetro extra muros” (3 meses); 3) “montagem de um núcleo de pesquisa em toxicologia ambiental na EACH” (6 meses); 4) “montagem de um núcleo de pesquisa em remediação de solos na EACH, com ênfase em fitorremediação” (6 meses); “conclusão dos estudos da composição química do solo e de toxicidade aguda” (12 meses); f) construção de “uma série de documentos técnicos, a exemplo de manuais, visando embasar as ações da Justiça e dos órgãos ambientais quando em face de situações de contaminação do solo (primeiro documento após 18 meses)”.

Vertentes. “A primeira versão do documento foi terminada no início de março, após termos visitado a EACH e analisado os documentos constantes na relação USP-Cetesb, incluindo as medidas de gases no solo. Uma segunda versão foi elaborada no final de março ou início de abril, após termos recebido os resultados das

medidas da empresa Servmar”, revelou o professor Saldiva ao *Informativo Adusp*. Ele pretendia apresentar o documento ao reitor e à Diretoria da EACH naquela ocasião, mas um problema de saúde

o imobilizou por duas semanas. “O reitor recebeu o texto logo após a Semana Santa e enviei o mesmo à Diretoria há cerca de uma semana”.

Por entender que a questão da EACH tem duas vertentes, e que a primeira, “de natureza administrativa e judicial, já possuía trâmites e ritos específicos em curso, como, por exemplo, o atendimento das demandas dos órgãos ambientais e do Ministério Público [MP]”, e portanto “estaria fora de sua alçada de ação”, a comissão decidiu ocupar-se “dos aspectos acadêmicos da questão, apresentando uma sugestão de um conjunto de ações, a serem implementadas após o reinício das atividades da EACH”.

A comissão avalia que “não dá para apressar o MP, nem a Cetesb”, disse Saldiva. “A USP não fez a lição de casa em quatro anos. Ficou meio na soberba”, reconheceu. “Nosso diagnóstico: temos que fazer o que foi prometido, mas muito mais. Vamos esperar resolver o nó, e quando começar a funcionar, vamos fazer um mutirão, propor aos professores da EACH uma solução”. A seu ver, a necessidade de acertar esse encaminhamento, previamente, com o corpo docente da unidade seria uma possível explicação para o silêncio da Reitoria quanto ao parecer. O presidente da comissão declarou ainda que esse documento é uma “minuta aberta a modificação” e que “não foi protocolado, não é um documento oficial”.

Entorno. A proposta, continuou Saldiva, foi no sentido de que “a USP deveria ir além do demandado pela Promotoria, criando um núcleo ou propondo um conjunto de ações e pesquisas, voltadas não somente para estudar a questão de contaminação ambiental, [mas igualmente] os riscos à saúde e as formas de remediação e mitigação que também envolvessem o seu entorno”, dis-



Audiência pública sobre EACH (Alesp, 24/4)

Daniel Garcia

se. “Neste contexto, estudos conduzidos e coordenados pela EACH poderiam servir de subsídio para a resolução de problemas infelizmente comuns em nosso País”.

O *Informativo Adusp* encaminhou ao chefe de gabinete, professor José Drugowich, perguntas quanto às razões pelas quais o parecer da comissão não foi divulgado pela Reitoria. Até o fechamento desta edição não obtivemos resposta.

Além de Saldiva, integram a comissão os professores Eugênio Foresti (EESC), Ricardo Galvão (IF), Alexandre Delijaicov (FAU) e Ana Maria Nusdeo (FD). Incumbida de “acompanhar o andamento das providências que estão sendo adotadas para regularização da situação ambiental da EACH-USP” e de “propor, se for o caso, novas medidas que sejam pertinentes” (vide portaria em <http://goo.gl/YjRkzO>), a comissão *ad hoc* presidida por Saldiva sobrepõe-se a dois grupos criados pela Reitoria no final de 2013: a Comissão Ambiental e o Grupo Técnico da EACH, ambos conquistados na greve realizada naquela unidade e bastante atuantes. Contudo, o reitor chegou a declarar que iria fazer o que a comissão *ad hoc* sugerisse.

Repúdio. A Assembleia da Adusp de 14/5 aprovou manifestação de “veemente repúdio ao modo como a Reitoria da USP tem tratado os problemas aos quais a comunidade da EACH vem sendo submetida”. Entre os motivos estão o protelamento da prometida reunião do reitor com a comunidade; a discussão de um eventual Termo de Ajustamento de Conduta sem a participação das categorias; e a recusa da Reitoria em atender a reivindicação de que o professor Osvaldo Nakao seja imediatamente afastado da condição de interlocutor com a unidade, em razão de suas declarações de 9/4 (<http://goo.gl/cZhTHA>).

Após protestos, Departamento de Zoologia do IB recua na punição a funcionário portador de doença reumatológica

No dia 15/5, funcionários e professores do Instituto de Biociências (IB-USP), com apoio do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) e da Adusp, realizaram ato em frente ao local onde se reunia o Conselho do Departamento de Zoologia, para exigir o fim das perseguições ao funcionário Marcelo Cardagi, que trabalha nessa unidade de ensino há 33 anos — isto é, desde 1981. Devido a um problema de saúde, ele teve de se afastar para tratamento, mas foi punido com duas advertências e teve descontado um dia de salário.

Marcelo é responsável pela preparação de aulas de disciplinas de graduação de departamento, bem como algumas de extensão e pós-graduação. O chefe do Departamento, professor Pedro Gnaspini Neto, apresentou um relatório ao Conselho sobre os problemas causados pela ausência de Marcelo, com a finalidade de obter a punição do funcionário. Uma das advertências dadas a Marcelo diz respeito à sua ausência por 53 dias (dos quais 26 em gozo de licença-prêmio), para tratar de um agravamento da gota, doença reumatológica, que provoca fortes dores nas mãos e joelhos.

Contudo, Gnaspini Neto omitiu o fato de que Marcelo havia se

afastado por determinação de um médico do Hospital Universitário (HU) para se tratar, em 10/3, e de que havia informado ao próprio chefe do Departamento por e-mail, no mesmo dia, seu estado de saúde.

Ao falar ao *Informativo Adusp* sobre o caso, Marcelo conta que o professor deixou de informar ao Conselho do Departamento “que eu estava doente, com lesões que podem ser constatadas por qualquer pessoa e que foram mostradas por mim a ele”. “Entrei com recurso no Conselho do Departamento e estou aguardando resposta”.

Readaptação. De acordo com o funcionário, o Serviço de Medicina do Trabalho da USP (Sesmt) está preparando sua readaptação na função: “O trabalho que exerço exige preparo físico e carregar peso. O prédio onde realizo praticamente todo meu trabalho não tem elevador há dois anos, e a biblioteca fica no terceiro andar. Neste período carreguei todo o material didático, livros usados nas aulas e todos os objetos nos prazos, até quando tive que parar! Os médicos dizem que não tenho mais condições de continuar trabalhando dessa forma”.

A outra advertência feita ao funcionário está associada a su-

postos problemas em um relatório de trabalho de sua autoria: “Este relatório, das atividades que realizei durante o segundo semestre de 2013, entregue por mim em 15/12, foi usado agora para criticar meu desempenho e me desqualificar, para me punir neste momento”, diz.

A mobilização de solidariedade surtiu efeito: já na reunião de 15/5, o Conselho do Departamento recuou nas punições, retirando a advertência por não comparecimento ao trabalho e o desconto de um dia de salário. “A outra advertência foi retirada da pauta para aguardar o resultado da minha perícia no Sesmt e outros, para ser analisada na próxima reunião do Conselho”.

Marcelo pretende consultar os advogados do Sintusp sobre a possibilidade de entrar com uma ação judicial pedindo reparação de danos. Também considera importante iniciar uma campanha contra o assédio moral nos locais de trabalho da USP.

Atuação política. Na opinião de Marcelo, o assédio moral tem como principal motivo a sua atuação política dentro do IB. “Sempre atuei como representante dos funcionários nos órgãos co-

legiados da Universidade e no Sindicato. Atualmente estou representando os funcionários no Conselho Técnico-Administrativo do IB e no Conselho de Base do Sintusp”, relata.

“Minha atuação como representante dos funcionários, inclusive durante as greves, tem levado alguns dirigentes a confundir as coisas e tentar resolver as diferenças políticas usando meu trabalho para me atacar e me desqualificar”. Desde a vitoriosa greve de 2000, ele tem sofrido punições sistemáticas.

“No primeiro semestre de 2013 o chefe do Departamento afastou um dos técnicos que trabalhava junto comigo e executava as mesmas atividades e função”, prossegue Marcelo. “Este técnico foi colocado em disponibilidade com a vaga e, com isso, o Departamento de Zoologia perdeu o experiente profissional, que levou anos para ser treinado para a função. O Departamento não conseguiu repor a vaga, nem o funcionário e isso causou acúmulo de trabalho”.

O professor Pedro Gnaspini Neto foi procurado pelo Informativo Adusp para comentar as declarações de Marcelo Cardagi, mas não entrou em contato até o fechamento desta edição.

No Andes-SN, chapa única recebe 91,62% dos votos

Nas eleições para a Diretoria do Andes-Sindicato Nacional no biênio 2014-2016, realizadas em 13 e 14/5, a chapa única “Andes-SN de Luta e pela Base” recebeu 8.390 votos, o equivalente a 91,62% do total de 9.157 votos. Foram contabilizados 516 votos em branco e 251 nulos.

A diretoria eleita é composta por Paulo Rizzo (presidente), Claudia March (secretária-geral) e Arauri Fragoso (tesoureiro), além de outros 83 membros. A posse ocorrerá em 21/8, na Plenária de Abertura do 59º Conad, que será realizado em Aracaju (SE).

Representantes. Também foram realizadas eleições para o Conselho de Representantes da Adusp (CR) entre 13 e 14/5. Ao todo, foram 191 votos.

Os eleitos foram Décio Crisol Donha e Hernani Luiz Brinati, da Escola Politécnica; Lilian Gregory, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; Suzie A. de Lacerda e Plauto C. A. Watanabe, da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto; Ivã Gurgel, do Instituto de Física; Esmerindo de Souza Bernardes, do Instituto de Física de São Carlos; Alexandre Turra e Sueli S. do Godoi, do Instituto de Oceanografia; e Pierluigi Benevieri e Daciberg L. Gonçalves, do Instituto de Matemática e Estatística.

MPF quer explicações da UFPel sobre contratos e convênios com fundações privadas “de apoio”

O Ministério Público Federal (MPF) do Rio Grande do Sul recomendou à Universidade Federal de Pelotas (UFPel) que realize, até junho de 2014, a análise de todas as prestações de contas relativas aos convênios e contratos com prazo de vigência encerrado e firmados com as fundações ditas de apoio. A recomendação resultou da constatação de deficiência nos controles internos da instituição, relativos à gestão desses contratos e convênios. Auditorias realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) verificaram que tais documentos não tiveram suas prestações de contas analisadas, chegando a montante

superior a R\$ 84 milhões.

“A recomendação foi necessária face à inércia por parte dos gestores da universidade quanto à implementação de ações concretas visando à fiscalização da execução dos contratos/convênios, à análise e à emissão de parecer sobre os processos de prestação de contas apresentados pelos convenientes”, afirma o procurador da República Cláudio Terre do Amaral.

Terre do Amaral reforça o artigo 70 da Constituição Federal, o qual estabelece que “deverá prestar contas toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos”.

Docentes repudiam arrocho e autoritarismo e destacam necessidade de lutar por dignidade

Em uma assembleia que lotou o auditório Freitas Nobre na ECA, os professores da USP demonstraram grande insatisfação e indignação com a proposta do Cruesp de reajuste salarial zero. O debate sobre como reagir à intransigência dos reitores foi precedido por informes das assembleias setoriais da EACH, do institutos de Física, de Psicologia, de Ciências Biológicas, de Matemática e Estatística, da FFLCH e das faculdades de Educação, de Medicina Veterinária e Zootecnia, de Odontologia de Bauru e de Zootecnia e Engenharia de Alimentos de Pirassununga. A disposição de recorrer a greve diante da intransigência da reitoria quanto à negação de reajuste salarial, indisposição para negociação e ausência de transparência quanto às contas da universidade, ficava evidente a cada relato.

Na assembleia setorial do ICB 50 professores se reuniram para discutir a situação orçamentária da USP e a tentativa do Cruesp de impor arrocho salarial. “Buscar o dinheiro não é problema nosso, queremos no mínimo a reposição da inflação!”, afirmou o professor Antonio Carlos Cassola (ICB), ao relatar manifestação ouvida na setorial que traduzia a decepção com a atual gestão.

Apenas duas unidades preferiram, em lugar da greve, indicar outras formas de mobilização. No IP, os docentes pretendiam realizar paralisações pontuais para exigir aumento salarial e a abertura das contas. Os professores do IME também consideraram a proposta de estado de greve.

Dignidade. Muito se falou, na assembleia, da importância de comparecimento do maior número possível de docentes à audiência pública que a Assembleia Legislativa realizará nesta terça-feira 27/5, sobre o financiamento das universidades públicas estaduais. “Para sermos numerosos terça-feira na Assembleia Legislativa, temos que votar greve aqui!”, defendeu o professor Osvaldo Coggiola (FFLCH). “O reitor disse ‘Zero’ e nós respondemos ‘Chega!’. É uma greve pela nossa dignidade”.

O professor Marcos Magalhães (IME) explicou que a proposta da Reitoria significa redução salarial: “A [reposição da] inflação é algo de que a gente não pode abrir mão e a palavra de ordem ‘arro-



Professores Souto Maior (FD), Pierluigi (IME), Bete (EACH) e Lilian Gregory (FMVZ) defendem greve por reajuste e por transparência nas contas do Cruesp



cho’ não traduz exatamente isso. Não estamos discutindo aumento, estamos discutindo diminuição do salário, por que tem uma inflação que corrói nosso salário”.

Muitos expressaram que não é apenas uma questão de falta de recursos, mas principalmente do modo como as decisões são tomadas na Universidade. “O que conduziu à proposta do zero por cento é a falência democrática aqui dentro da Universidade, as pessoas acreditam que apenas é possível recompor o salário por meio da inserção de dinheiro privado”, assinalou o professor Jorge Souto Maior (FD). “Nós temos que exigir transparência e tem que começar nas nossas unidades”, acrescentou, na mesma linha, a professora Zilda Iokoi (FFLCH).

A professora Elisabete Franco (EACH) relatou, de modo contundente, o descalabro administrativo operado pela Reitoria: “De fato eles pensam que somos ignorantes, por que gastaram R\$ 4 milhões para construir um ginásio na EACH e depois de três anos esse ginásio foi interdito. Aí, para resolver o problema da interdição, eles alugaram uma tenda por mais de R\$ 100 mil por mês e colocaram essa tenda em cima da terra contaminada e a tenda teve que ser

interditada. A universidade está absolutamente irresponsável e a EACH é o maior exemplo disso!”

A atual dispersão geográfica dos cursos da EACH é uma dificuldade objetiva no processo de construção da greve: “A nossa capacidade de mobilização está muito prejudicada”, explicou a professora Adriana Tufaile, “porque não existe movimento coletivo se a gente não conversa com as pessoas”.

Fatalidade não! “Devemos lembrar que em 2004, portanto comemorando 10 anos nesta data-base, nós conseguimos repudiar o zero por cento em sete reuniões sucessivas do Cruesp com o Fórum das Seis. Não só isso: no final da greve nós conseguimos talvez o maior reajuste até hoje conseguido em um único ano. E justamente o reitor que queria dialogar vem com a proposta de zero por cento!”, lembrou João Zanetic (IF).

A assembleia constituiu um Comitê de Mobilização, com mais de vinte membros, mas foi ressaltado o papel fundamental de cada um dos presentes para que a greve crescesse. “Um trabalho para a Comissão de Mobilização, mas também um trabalho de todos, é

abrir um debate no interior das unidades. Esse debate, na minha opinião, deve derrubar finalmente a questão da fatalidade, ou seja, ‘só pode ser assim’. A gente deve insistir sobre o fato de que o recurso da educação pública é uma escolha do poder político, e que é uma coisa primária para a gente, não tem nada de fatalidade”, afirmou o professor Pierluigi Benevieri (IME).

“Existe uma greve de fato, que começou hoje com uma assembleia gigantesca do Sintusp e vai se estender aos alunos. Já vai ter greve na USP a partir de terça-feira, a questão que está colocada para nós é se a gente vai apoiar os setores que lutam ou se vamos falar ‘não é bem assim, vamos pensar mais um pouquinho’”, observou o professor Rodrigo Ricupero (FFLCH). “Tem um setor dos colegas que é sócio da Universidade e tem um setor dos colegas que vive do dinheiro das fundações privadas”, continuou. “Então, a gente não tem que se preocupar aqui se somos poucos; nós temos que representar aqui o setor que vive do salário, que não está ligado às fundações privadas, que não é sócio da Reitoria e que é trabalhador!”.

Fotos: Daniel Garcia